

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



O FUNDEADOURO ROMANO DA PRAÇA D. LUÍS I

Jorge Parreira / ERA, Arqueologia / jorgeparreira@gmail.com

Marta Macedo / ERA, Arqueologia

RESUMO

No canto Noroeste da Praça D. Luís I, Lisboa, foi identificado um contexto romano, directamente sob a grade maré do século XVII aqui descoberta, tratando-se provavelmente de uma área de fundeadouro. Este contexto contém exclusivamente materiais de época romana distribuídos por uma zona de forte concentração, envolta por material disperso, composta nomeadamente por ânforas de fabrico lusitano, muitas das quais conservam ainda no interior vestígios de resina do revestimento, mas também de origem exógena. São também abundantes a cerâmica comum, a *terra sigillata* sudgálica, hispânica e africana. No centro deste conjunto encontrava-se uma peça náutica com 9 metros de comprimento com numerosos entalhes de tipologia romana. Em menor quantidade ocorrem ainda restos de fauna e outras matérias orgânicas.

ABSTRACT

In the Northwest corner of Praça D. Luís I, Lisbon, it was identified a roman context, directly under the 17th century shipyard ramp discovered here, which would probably have been an anchorage area. This context has exclusively objects from roman chronology, accumulated in an area of strong concentration, surrounded by more scattered artifacts, mainly composed of Lusitanian amphorae, many of which still retain traces of resin from the inside coating, and also import amphorae. Common ware and South Gaulish, Hispanic and African *terra sigillata* are also abundant. In the centre of this set there was a nine meter long nautic board, with many roman type sheave slots. A lesser amount of fauna remains and other organic materials was also recovered.

INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se aos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do empreendimento do Parque de Estacionamento da Praça D. Luís I em Lisboa.

Os trabalhos adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela Serparque corresponderam ao acompanhamento arqueológico e escavação do contexto romano, posto a descoberto em Janeiro último, tendo a escavação decorrido entre Janeiro e Março de 2013.

Em termos gerais foi anteriormente exposto neste local um vasto conjunto estrutural, do qual se destaca um cais de madeira e alvenaria (segunda metade do século XVII), um estaleiro naval de grandes dimensões (segunda metade do século XVII), pa-lçadas (finais do século XVII), o cais do Forte de São Paulo (finais do século XVII), o cais da Casa da Moeda (século XVIII) e os resquícios estruturais de uma unidade industrial - Fundação do Arsenal Real,

enquadrável já na segunda metade do Século XIX.

Em Janeiro do presente ano, na sequência da retoma do acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação mecânica na área NO do empreendimento, que correspondeu ao levantamento dos sedimentos remanescentes (com uma potencia, ainda, de cerca de 1m a 1,50m) sob o Estaleiro Naval aqui registado em Fevereiro de 2012, foi identificado uma sétima realidade arqueológica diversa das observadas até ao momento, e que faz recuar, até à época romana os vestígios de utilização/ocupação desta área da cidade de Lisboa.

Em traços largos trata-se de uma grande e concentrada mancha, distribuída por área de cerca de 254 m², composta por cerâmicas de cronologia exclusivamente romana de ampla diacronia, maioritariamente constituída por ânforas, embora com assinalável presença de cerâmica comum e fina e de alguns elementos orgânicos, nomeadamente pinhas, organizada em dois grandes eixos: para NE/SO mais

denso e para NO/SE menos concentrado. Entre estes elementos identificaram-se três grandes toros de madeira dispersos, sem entalhes, mas também um grande barrote (com cerca de 9m) de orientação NE/SO, que apresentava entalhes e mechas, elementos técnicos que sugerem esquemas de fixação característicos da construção naval romana. A presença de incrustações calcárias nas peças e o facto do elemento em madeira se apresentar colonizado por taredo sugere que o contexto se encontrava em ambiente húmido.

A intervenção arqueológica da ERA Arqueologia, S. A., no Contexto Romano, contou, como no passado, com a assessoria do CHAM – Centro de História Além – Mar da Universidade Nova de Lisboa, executada por uma equipa interdisciplinar.

AS ÂNFORAS

O conjunto anfórico, composto por um número mínimo de 44 indivíduos (Figura 1), encontra-se representado sobretudo por produções de fabrico local, que constituem 64% deste tipo cerâmico, apresentando na sua totalidade um fabrico muito homogéneo caracterizado por pasta dura, castanha clara ou alaranjada, pouco porosa, por vezes alisada no exterior, com ENP's frequentes compostos por minerais brancos, quartzo feldspato de pequena e média dimensão e micas. São frequentes as fissuras e o vacúolos de pequena e média dimensão.

Assinala-se que no período republicano, as importações de ânforas perfazem a totalidade dos exemplares (figura 4 – ACH. 160), no entanto, estas representam uma pequena proporção do universo da Praça D. Luís I, em linha com os conjuntos de sítios exteriores ao centro de *Olisipo*, na colina do castelo de S. Jorge. A partir do século I d.C., o desenvolvimento industrial da região observa-se claramente aqui no elevado número de contentores do tipo Dressel 14, a que se junta na centúria seguinte a forma Lusitânia 3 (figura 4 – ACH. 112), enquanto as importações são comparativamente marginais, compondo-se apenas por alguns exemplares de ânforas Africana 2/3, Gauloise 4 (figura 4 – ACH. 51) e Dressel 20 (figura 4 – ACH. 161). Esta tendência volta a inverter-se com a passagem para o baixo império, observando-se um conjunto composto essencialmente por ânforas do tipo Keay XVI oriundas da Bética, enquanto as produções locais estão apenas representadas por dois exemplares da forma Almagro 50.

Apesar de não ter existido uma relação directa durante a recolha em escavação e se tratar apenas de uma hipótese de trabalho, acreditamos que poderá existir uma ligação entre as pinhas recuperadas e algumas destas ânforas. A possibilidade da utilização de pinhas como selante de contentores anfóricos surgiu após uma visita de Carlos Fabião, que amavelmente nos comentou a existência de paralelos em que pinhas foram utilizadas neste sentido. Tendo-se constatado então o facto de terem apenas sido recolhidos opérculos cerâmicos compatíveis com o modelo Dressel 14, foi testada a possibilidade destas pinhas possuírem a dimensão adequada para o fecho de outros tipos anfóricos, tendo sido obtido um encaixe nos bocais de ânforas Lusitana 3 e Almagro 51C, onde permaneceu inclusive espaço em redor para a introdução de resina.(Figura 1).

A CERÂMICA FINA

No que concerne à cerâmica fina de importação, de mesa e de cozinha, identificada neste contexto, e pondo de parte todas as reservas quanto à natureza do mesmo, os fragmentos encontram-se em bom estado mas as superfícies exteriores muito alteradas. Os elementos do alto-império, encontram-se materializados, nas cerâmicas de paredes finas, entre as quais se identificaram, com alguma reserva, as formas Mayet II e Mayet XIII, uma taça com decoração vegetalista moldada, de produção sudgálica e um bojo com aplicação de areia, de produção bética (Mayet, 1975, pp. 27, 51, 118; Alarcão *et alii*, 1976, p. 30). Incluem-se neste grupo a *terra sigillata*, de produção hispânica, com um reportório de formas monótono: as taças Drag. 24/25, Drag. 27 e Drag. 33 e, minoritariamente, o prato Drag. 15/17, sendo os fabricos de Trício pouco mais representativos que os de Andújar. Duas marcas foram identificadas nos fundos internos de taças Drag. 24/25 e Drag. 27, infelizmente de difícil leitura. Curiosamente recolheu-se uma peça, praticamente completa de imitação de *sigillata* de tipo itálico da forma Consp. 20.1 cujo protótipo data de Tibério (Viegas, 2003, p. 61). Este conjunto aponta, grosso modo, uma cronologia entre o século I d. C e inícios do século II d. C, podendo ser um pouco mais tardio, dado o exemplar de imitação. Já os exemplares do baixo-império apresentam-se mais numerosos (com cerca de 77% do total de cerâmica fina de mesa e cozinha), tendo sido aqui incluídos também os fabricos de *sigillata* africana A

e C. Assim, registam-se alguns exemplares, pouco numerosos, de *terra sigillata* africana, nomeadamente dos fabricos atrás referidos, onde encontramos, em maioria, o prato Hayes 50 A (fig. 5 - ACH. 38), mas também os pratos Hayes 27, Hayes 32 e a tigela Hayes 45 A, este último apresentando fino *guilhoché* na aba (Viegas, 2003, pp. 171, 173 e 329). Estas peças apontam uma cronologia, grosso modo, de meados do século II/1ª metade do século III d. C. Insere-se neste segundo grupo, um conjunto de peças muito interessante, e bastante numeroso que são as cerâmicas de imitação de *sigillata* africana, onde encontramos cópias dos fabricos A, materializados, maioritariamente, nas tigelas Hayes 14/17 mas também na tigela Hayes 3 B e no prato Hayes 27. Os fabricos africanos D apenas observados em imitações, reconhecem-se nas tigelas Hayes 91 (mais frequentes), nos pratos Hayes 58 A e Hayes 59 e na grande tigela Hayes 67. De referir o fundo interno, de grande prato (provavelmente Hayes 61 A ou Hayes 67), com decoração estampada em folhas de palma combinadas com crescentes (fig. 5 - ACH. 6), que Hayes data entre finais do século IV a meados do século V d. C. (Hayes: 1972, 232, 243). Finalmente, com uma larga diacronia (grosso modo entre o século II d. C. a inícios do século V d. C. e praticamente acompanhando as presenças atrás referidas encontramos a cerâmica de cozinha africana, com escassos exemplares de não imitação, como a caçarola Hayes 23 e o tacho Hayes 197, que se repetem nas formas de imitação, sendo as mais frequentes, uma vez mais, o tacho Hayes 197 (fig. 5 - ACH. 306), a que se junta o prato/tampa Hayes 196 A e o prato Hayes 181. Em Espanha têm vindo a ser identificados vários centros produtores (e contextos estratigráficos seguros) que registam fabricos locais de peças de imitação, quer de *sigillata* africana quer de cerâmica de cozinha africana, entre a 1ª metade do século II d. C. até à 1ª metade do século V, cujos reportórios formais incluem as formas atestadas no contexto romano da Praça D. Luís I (Aquilué, 2008, p. 555). Refira-se a título de hipótese que, apesar de se desconhecer a sua proveniência, as pastas de matriz quartzítica das peças de imitação da Praça D. Luís I, podem eventualmente ter uma filiação em produções de imitação do Guadalquivir, nomeadamente nos elementos de imitação registados na *villa* de Cercadilla em Córdoba, cujas características físicas parecem partilhar (Moreno Almenara, 1997, p. 146). A presença destas peças de imitação (nomeadamen-

te de cerâmica de cozinha Africana, e nos fabricos D, do fragmento decorado com palmetas e a presença da tigela Hayes 91 (fig. 5 - ACH. 263), remete a “utilização” deste contexto até, pelo menos, meados do século V / inícios VI d. C ou mesmo para uma época um pouco mais tardia, dado tratarem-se de cópias de originais com essa cronologia. Pode-se igualmente referir que, a presença destes produtos na Praça D. Luís I, eventualmente fabricos de imitação peninsular, documentariam a sua comercialização/distribuição e aceitação em mercados locais, neste caso em áreas periféricas à cidade de *Olisipo*. (Figura 2)

A CERÂMICA COMUM

A cerâmica comum recolhida neste sítio apresenta uma grande variabilidade formal, (fig. 6), tendo sido recolhidos fragmentos pertencentes a um número mínimo 54 indivíduos, distribuídos entre pratos, tigelas, panelas, potes, almofarizes, potinhos, bilhas e jarros, tampas, pesos, alguidares, *dollii* e tachos. Apesar de entre este conjunto dominarem os fabricos locais, deve assinalar-se a existência de uma grande quantidade de fabricos minoritários cuja origem não foi possível clarificar. As bilhas em particular poderão revestir-se de particular interesse, uma vez que neste conjunto surgem quatro colos pertencentes a bilhas (fig. 6 - ACH.22 e 108), muito semelhantes entre si, e para os quais não foi possível encontrar paralelo até ao momento, a que se junta ainda o facto de todos estes exemplares possuírem um revestimento interior de resina. Deve ainda destacar-se a presença de peças incomuns no território português, como um almofariz do tipo Dramond D2 (fig. 6 - ACH.25).

Um dos achados mais relevantes trata-se de um fragmento de bojo, provavelmente de um potinho, no qual foi desenhado um longo grafito, (fig. 6 - ACH. 9), com um mínimo de duas linhas, onde poderá ler-se em primeiro lugar PAVPIIRI ou, mais provavelmente, PAVPERI na primeira, não sendo possível uma leitura segura da segunda linha. (Figura 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a maior parte dos exemplares cerâmicos recolhidos neste sítio apresentar um estado de conservação claramente acima da média, destaca-se o facto dos achados 3 e 4 (fig. 4), as duas ânforas melhor conservadas, apresentarem ambos a ausência

do bico fundeiro cuja fractura é antiga. Deste modo poderá colocar-se a hipótese de se tratarem de recipientes cujo fundo foi intencionalmente quebrado para esvaziar o seu conteúdo a bordo de uma embarcação aqui fundeada e seguidamente lançadas ao rio. Poder-se-á apontar, para o sítio romano da Praça D. Luís I, o “padrão de importação” de cerâmicas finas de alguns sítios costeiros peninsulares onde a presença, neste caso não muito forte, dos produtos hispânicos (mas que explicaria, eventualmente, a mais fraca implantação dos produtos itálicos e sudgálicos) seria “facilmente” substituída (sobretudo na segunda metade do século II d. C.) pelas importações de *sigillata* africana A, aqui inclusive, pelas imitações dessa mesma produção (Viegas, 2003, pp. 165, 297). Resta por explicar como, numa longa diacronia de “utilização”, este contexto ficou plasmado numa única mancha concentrada de artefactos cerâmicos. Através da comparação do quadro tipológico da cerâmica comum da Praça D. Luís I com a de centros de consumo como São Cucufate (Vaz Pinto, 2004), foi possível observar uma distinção assinalável na proporção de potes e bilhas relativamente às restantes formas, visto no sítio em análise os potes e bilhas constituírem quase metade do universo enquanto em São Cucufate estes tipos possuem uma proporção muito inferior. Este dado, aliado ao facto de um número significativo de fundos apresentarem um revestimento de resina, levanta a hipótese de muitos destes exemplares, mesmo no caso das bilhas, normalmente consideradas apenas parte do serviço de mesa, se destinarem também ao transporte de alimentos ou outras mercadorias.

Apesar do conjunto de cerâmica comum ser quase inteiramente constituído por formas com paralelos no território lusitano, o elevado número de fabricos minoritários observados e a hipótese de estes achados constituírem em parte uma carga maioritariamente proveniente dos centros produtores locais, mas também parte de serviços de bordo pertencentes a tripulações provavelmente frequentadoras de portos distantes, levanta a questão de se encontram aqui presentes exemplares de cerâmicas de outras províncias que geralmente não seriam importadas por existirem equivalentes locais, mas que neste caso teriam sido adquiridas devido à passagem por diferentes portos.

As intervenções levadas a cabo recentemente a Oeste da Praça do Comércio têm ajudado também a elucidar as realidades existentes junto à linha de costa du-

rante o período romano. Durante a abertura de um poço de ventilação para o metropolitano surgiu no pátio do edifício da Marinha, sob camadas estereis, um depósito de argilas cinzentas escuras onde foram recolhidos fragmentos de ânforas e *terra sigillata* com cronologias entre os séculos I a.C. e IV d.C., a uma cota de -3,25 m (Marques, Sabrosa & Santos, 1997). Também durante as actuais obras do novo edifício sede da EDP surgiram fragmentos de ânforas romanas em depósitos de argila com conchas muito frequentes (Sarrazola & Nascimento, 2013).

Deste modo, apesar dos sítios acima referidos apresentarem concentrações de material claramente inferiores às das Praça D Luís I, deve colocar-se a hipótese de este ser um contexto que se prolonga por uma extensa área ribeirinha, ainda que com locais de utilização mais intensa, particularmente no canto Noroeste da actual Praça D. Luís I.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília; PONTE, Salette da (1976) – *Fouilles de Conimbriga: VI Céramique diverse et verres*. Paris: Diffusion de Boccard.

AQUILUÉ ABADÍAS, Xavier. (2008) – Las imitaciones de cerâmica africana en Hispania. In Bernal Csaola, D; Ribera i Lacomba, A. eds - *Cerâmicas Hispanorromanas: Un estado de la cuestión*. Cádiz: Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 553-561.

HAYES, John (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome;

MARQUES, João António; SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor Manuel (1997) – Estrato romano da Avenida Ribeira das Naus (Lisboa). *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 6, pp. 166 e 167.

MAYET, Françoise (1975) – *Les céramiques a Parois Fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard;

MORENO ALMENARA, Maudilio. (1997) – *La villa Alto-imperial de Cercadilla (Cordoba): análisis arqueológico*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura;

SARRAZOLA, Alexandre; NASCIMENTO, Rui (2013) – *Nova sede corporativa da EDP – Acompanhamento arqueológico*. No prelo.

VAZ PINTO, Inês (2003) – *A cerâmica comum das Villae Romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusitana Editora.

VIEGAS, Catarina. (2003) – *A terra sigillata de Alcáçova de Santarém: Cerâmica, economia e comércio*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 26).

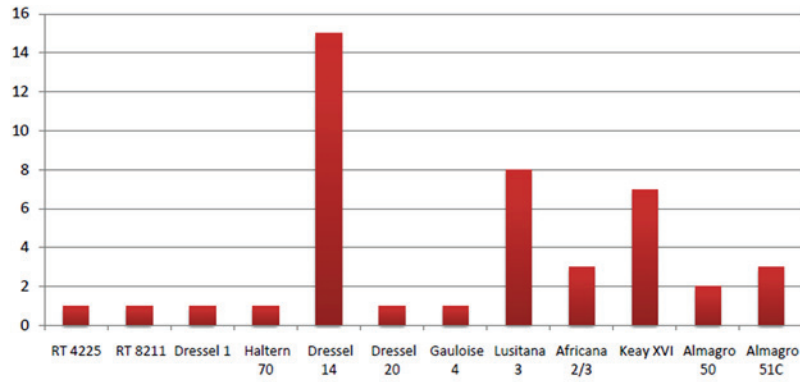


Figura 1 – Representação tipológica do conjunto anfórico.

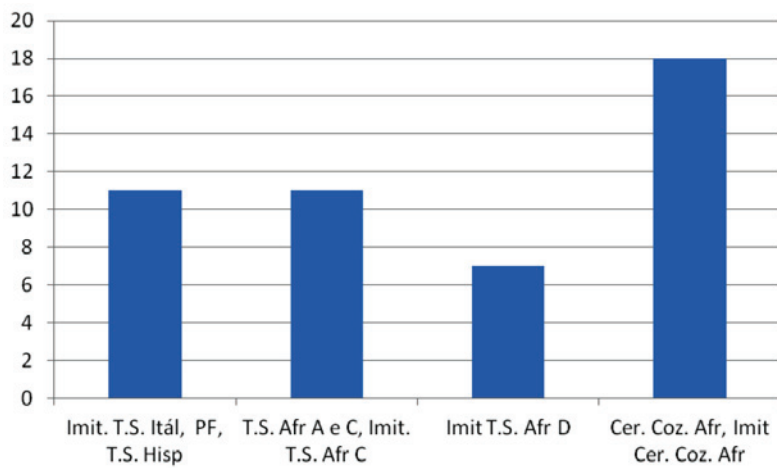


Figura 2 – Presença dos grupos de cerâmicas finas.

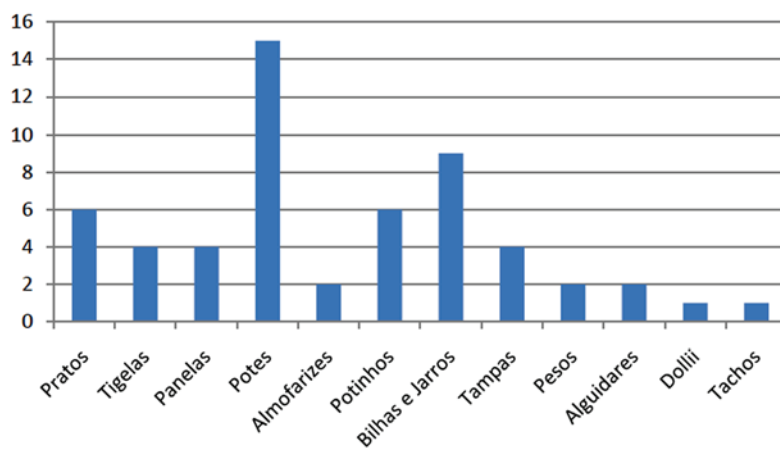


Figura 3 – Representação tipológica do conjunto de cerâmica comum.

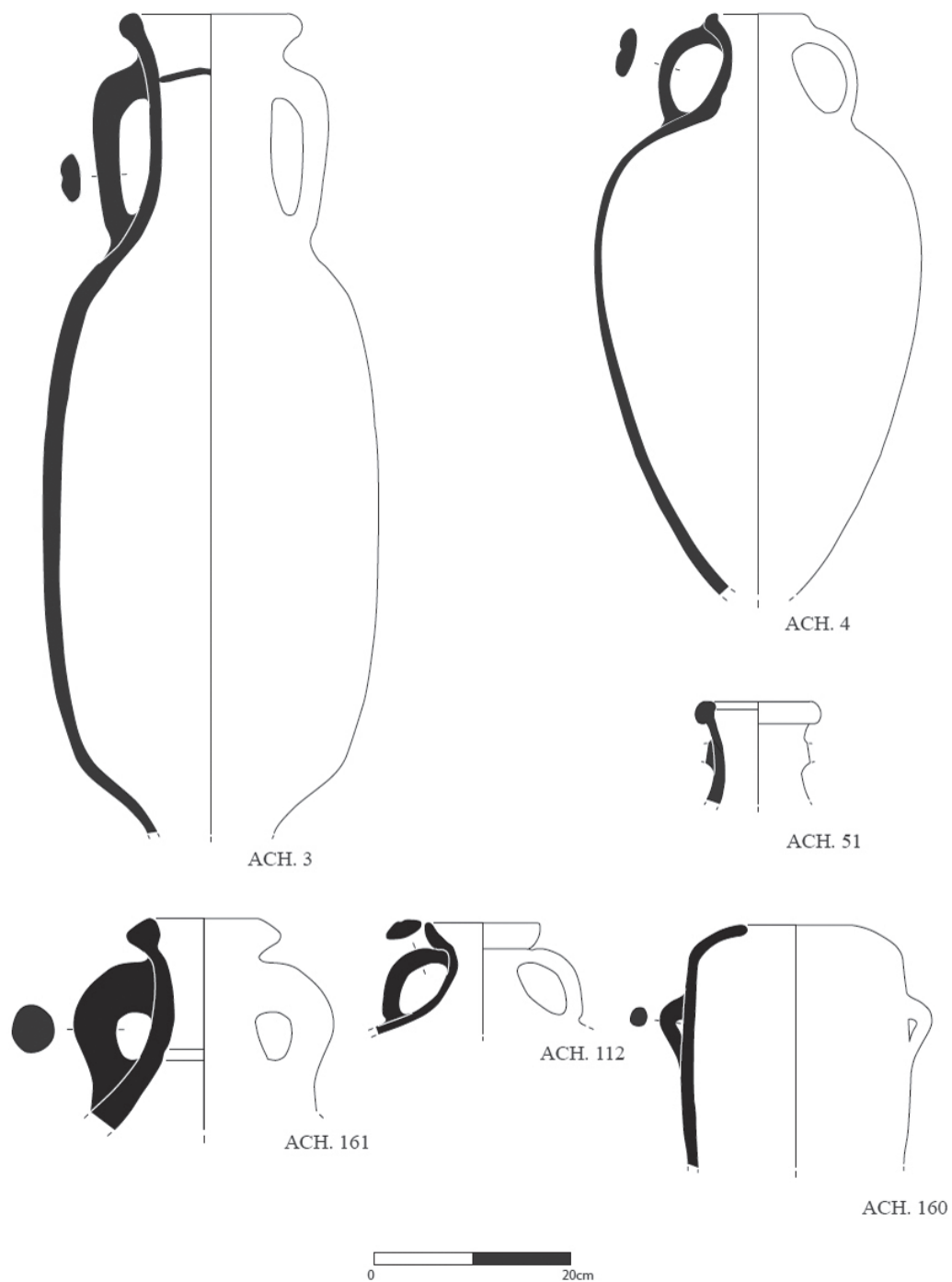
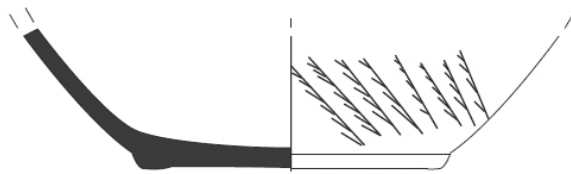


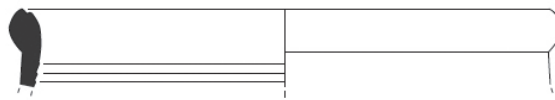
Figura 4 –Ânforas.



ACH. 6



ACH. 263



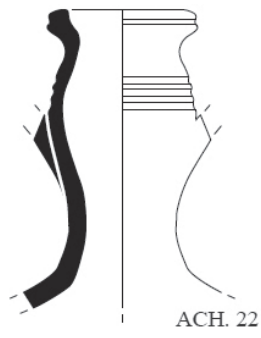
ACH. 306



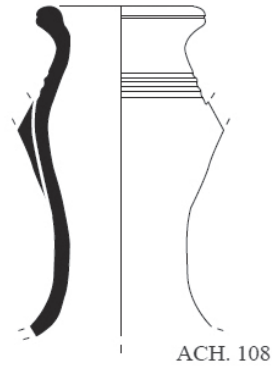
ACH. 38



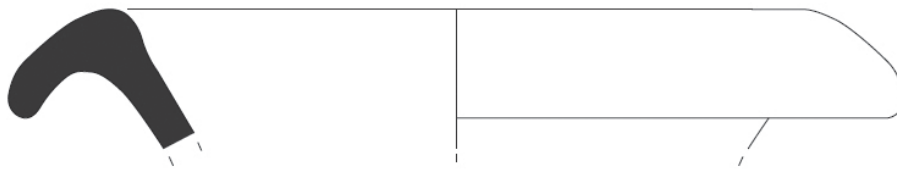
Figura 5 – Cerâmica comum.



ACH. 22



ACH. 108



ACH. 25



ACH. 9



Figura 6 –Cerâmica fina.



AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua